

Dica de Sistema

DOMICÍLIO JUDICIAL ELETRÔNICO (DJE)

SUMÁRIO

1. Introdução: Você sabe o que é o Domicílio Judicial Eletrônico (DJE)?	3
2. Como funciona o Domicílio Judicial Eletrônico (DJE)?	4
3. Quem utilizará o Domicílio Judicial Eletrônico (DJE)?	5
4. Quando o Domicílio Judicial Eletrônico (DJE) será usado?	5
5. Como utilizar o Domicílio Judicial Eletrônico (DJE) nos sistemas de Processo Judicial Eletrônico?	7

DOMICÍLIO JUDICIAL ELETRÔNICO (DJE)

1. Introdução: Você sabe o que é o Domicílio Judicial Eletrônico (DJE)?

O **Domicílio Judicial Eletrônico (DJE)** é um sistema criado pelo Conselho Nacional de Justiça com o objetivo de centralizar e integrar as comunicações processuais eletrônicas expedidas por todos os Tribunais do país.

Com o **Domicílio (DJE)**, os usuários dos serviços do Poder Judiciário Nacional terão acesso a uma plataforma única de recebimento de comunicações processuais eletrônicas originárias de qualquer tribunal.



Figura 1 - Tela Domicílio Judicial Eletrônico.

2. Como funciona o Domicílio Judicial Eletrônico (DJE)?

O **Domicílio Judicial Eletrônico (DJE)** conecta quem envia as comunicações (isto é, os tribunais) às pessoas jurídicas e físicas cadastradas, que recebem e acompanham essas informações.



Figura 2 - Tela Domicílio Judicial Eletrônico.



Figura 3 - Tela Domicilio Judicial Eletrônico - Como Funciona.

3. Quem utilizará o Domicílio Judicial Eletrônico (DJE)?


O **Domicílio Judicial Eletrônico (DJE)** deve ser utilizado exclusivamente para a comunicação com as pessoas físicas e jurídicas cadastradas na plataforma.

O cadastrado no DJE é **obrigatório** para as seguintes pessoas:

- Pessoas Jurídicas de Direito Público (União, Estados e Municípios) e as entidades da Administração Direta e Indireta; e
- Pessoas Jurídicas de Direito Privado

O cadastro é **facultativo** para:


- Pequenas e Microempresas que possuem endereço eletrônico no sistema integrado da Redesim (Rede Nacional para a simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios); e
- Pessoas Físicas.

Nos sistemas de Processo Judicial Eletrônico, em regra, quando a pessoa está cadastrada no **Domicílio Judicial Eletrônico (DJE)**, o ícone  é exibido.

4. Quando o Domicílio Judicial Eletrônico (DJE) será usado?


O **Domicílio Judicial Eletrônico (DJE)** deve ser utilizado para **Citação e Intimações Pessoais** eletrônicas das pessoas nele cadastradas.


Lembre-se que os **Entes Públicos** e seus **Representantes** têm a prerrogativa legal de intimação pessoal, razão pela qual o **Domicílio (DJE)** será sempre utilizado para suas **intimações eletrônicas**.

 **ATENÇÃO:** Esses entes **NÃO** deverão ser intimados, e muito menos citados, via Diário da Justiça Eletrônico Nacional (DJEN)!

As **Pessoas Jurídicas de Direito Privado** e as **Pessoas Físicas** cadastradas na plataforma do **Domicílio (DJE)**, poderão ser citadas ou intimadas pessoalmente por esse veículo de comunicação processual.

Seus advogados ou representantes processuais, porém, **NÃO** serão intimados via **Domicílio (DJE)**.

 **ATENÇÃO:** As intimações endereçadas aos advogados ou representantes processuais das **Pessoas Jurídicas de Direito Privado** e das **Pessoas Físicas** deverão ser encaminhadas por outro veículo de comunicação processual, via **Diário da Justiça Eletrônico Nacional (DJEN)**.

 **OBSERVAÇÃO:** As **intimações urgentes**, que demandem cientificação imediata, como nos casos de tutela de urgência, deverão ser **encaminhados por outro veículo de comunicação**, nos termos do artigo 5º, parágrafo 5º, da Lei 11.419/06.

5. Como utilizar o Domicílio Judicial Eletrônico (DJE) nos sistemas de Processo Judicial Eletrônico?

Para facilitar a compreensão dos nossos usuários, elaboramos um pequeno resumo das informações relativas à utilização **do Domicílio (DJE)** nos sistemas de Processo Judicial Eletrônico, organizado por tipo de pessoa a que se destina a comunicação processual.

➤ PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO E ÓRGÃOS PÚBLICOS

Citação: via Domicílio Judicial Eletrônico (DJE).

Prazos:

Para registro de ciência - 10 dias corridos, contados da disponibilização no Domicílio Judicial Eletrônico (DJE), sob pena de cientificação tácita (art.20, §3º-A da Res. CNJ 455/2022, com a redação que lhe foi dada pela Res. CNJ 569/2024).

Processual - O prazo para resposta começa a correr no **quinto dia útil** seguinte ao registro de ciência, seja ele expreso ou tácito (art.231, IX, do CPC e do art. 20, §3º-B da Res. CNJ 455/2022, com a redação que lhe foi dada pela Res.CNJ 569/2024).

Intimação: via Domicílio Judicial Eletrônico (DJE).


Prazos:

Para registro de ciência - 10 dias corridos, contados da disponibilização no Domicílio Judicial Eletrônico (DJE), sob pena de cientificação tácita (art.20, §4º da Res. CNJ 455/2022, com a redação que lhe foi dada pela Res. CNJ 569/2024).

Processual - O prazo para resposta começa a correr **primeiro dia útil** seguinte ao registro de ciência, seja ele expresso ou tácito (art.231, V, do CPC e do art. 20, §4º da Res. CNJ 455/2022, com a redação que lhe foi dada pela Res. CNJ 569/2024).


➤ **PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO E PESSOAS FÍSICAS CADASTRADAS NO DOMICÍLIO (DJE)**

Citação: via **Domicílio Judicial Eletrônico (DJE)**, desde que a pessoa esteja cadastrada no **Domicílio Judicial Eletrônico**.

Lembre-se que nos sistemas de Processo Judicial Eletrônico, em regra, quando a pessoa está cadastrada no **Domicílio Judicial Eletrônico (DJE)**, o ícone  é exibido para facilitar a identificação

Prazos:

Para registro de ciência - 3 dias úteis, contados da data da disponibilização da comunicação processual no Domicílio Judicial Eletrônico (DJE), sob pena de expiração e não concretização do ato (art.246, §1º-A, do CPC/2015 e art.20, §3º da Res. CNJ 455/2022, com a redação que lhe foi dada pela Res. CNJ 569/2024).

 **ATENÇÃO:** Em caso de **não registro de ciência** no prazo estabelecido, a citação resultará negativa e o ato precisará ser renovado por outro veículo de comunicação processual (Correios, Central de Mandados, etc).

Processual - O prazo para resposta começa a correr no **quinto dia útil** seguinte ao registro de ciência (art.231, IX, do CPC e do art. 20, §3º-B da Res. CNJ 455/2022, com a redação que lhe foi dada pela Res.CNJ 569/2024).

Intimação Pessoal Eletrônica: via Domicílio Judicial Eletrônico (DJE), desde que a pessoa esteja cadastrada no Domicílio Judicial Eletrônico.

Prazos:

Para registro de ciência - 10 dias corridos, contados da disponibilização no Domicílio Judicial Eletrônico (DJE), sob pena de cientificação tácita (art.5º, §3º, da Lei 11.419/2006 ou art. 20, §4º da Res. CNJ 455/2022, com a redação que lhe foi dada pela Res. CNJ 569/2024).

Processual - O prazo para resposta começa a correr **primeiro dia útil** seguinte ao registro de ciência, seja ele expresso ou tácito (art.231, V, do CPC e do art. 20, §4º da Res. CNJ 455/2022, com a redação que lhe foi dada pela Res. CNJ 569/2024).

Intimação Comum ao advogado ou representante processual da parte: **NÃO DEVERÁ SER REALIZADA** via Domicílio Judicial Eletrônico (DJE).

Nesses casos, a intimação deverá ser realizada via **Diário da Justiça Eletrônico Nacional (DJEN)**.

DÚVIDAS?

Entre em contato com o nosso Atendimento:



SGTEC.ATENDIMENTO@TJRJ.JUS.BR



ATENDIMENTO POR TELEFONE (21) 3133-9100